

ABC em pânico: um estudo de caso sobre o descaso às advertências feitas pela pioneira CICPAA em relação à poluição ambiental.

Antonio de Andrade¹

No Brasil a preocupação com os problemas decorrentes da degradação ambiental é fato relativamente recente. Palavras como ecologia, poluição, meio ambiente eram, antes da década de 1970, jargão exclusivo de uma parcela da intelectualidade acoplada a pesquisas e estudos da engenharia, biologia e saúde pública. Contudo a poluição ambiental constituiu historicamente um dos principais problemas de saúde pública na Região do ABC². Tal fato remonta aos primeiros anos do Século XX quando teve início um processo acelerado de industrialização que traria fama e riqueza para a Região.

Em paralelo ocorreria um lento processo de conscientização em relação aos impactos decorrentes do processo de industrialização, envolvendo não apenas o poder público, bem como os denominados veículos de comunicação. Era uma época em que enormes chaminés e negros rolos de fumaça eram vistos, orgulhosamente, como símbolos do progresso, da modernidade, da oferta abundante de trabalho e bons salários.

Apenas a partir de junho de 1972, quando da realização em Estocolmo (Suécia) da primeira conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, a imprensa brasileira passaria reservar algum espaço para o tema, principalmente tendo em vista a controversa participação do Brasil no mencionado evento. A firme tomada de posição da Organização das Nações Unidas (ONU), alertando para a situação crítica do meio ambiente em todo mundo e a necessidade de ações efetivas e imediatas, contrastou com a posição do governo brasileiro que liderou um grupo de países contrários a adoção de medidas radicais e que pudessem frear o processo de desenvolvimento.

¹ Mestre em Comunicação Social pela Universidade Metodista de São Paulo. Membro do Comitê Científico da Cátedra UNESCO/UMESP de Comunicação para o Desenvolvimento Regional. Em agosto de 1965 foi contratado na função de técnico-químico pela CICPAA, posteriormente incorporada à CETESB, nela permanecendo até sua aposentadoria em janeiro de 1992.

² A denominada Região do Grande ABC, ou simplesmente ABC, é composta por sete municípios: Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra.

Declarações do então Ministro do Interior, José Costa Cavalcanti, representante do governo brasileiro no evento, resultaria em amplos e polêmicos espaços na imprensa nacional e internacional pois, segundo suas palavras:

[...]Um país que não alcançou um nível satisfatório mínimo para prover o essencial, não está em condições de desviar recursos consideráveis para a proteção do ambiente[...]. Bem vindos à poluição, estamos abertos a ela. O Brasil é um país que não tem restrições, temos várias cidades que receberiam de braços abertos a sua poluição, porque nós queremos empregos e dólares para o nosso desenvolvimento

Segundo tal linha de pensamento o senador José Sarney afirmou desejar para seu estado o Maranhão “muita poluição para que este fique tão rico quanto São Paulo”.³ Pressionado pelo insólito posicionamento, que redundou em profundo desgaste junto à opinião pública internacional, o governo militar optou pela criação, no final de 1973, da SEMA (Secretaria Especial do Meio Ambiente)⁴. Tratava-se de mais um projeto de impacto do governo autoritário do general Garrastazu Médici

Nesse período as atividades preventivas e corretivas, relacionadas à proteção do meio ambiente, no Estado de São Paulo estavam concentradas, quase que exclusivamente na Superintendência de Saneamento Ambiental (SUSAM), uma autarquia da Secretaria da Saúde, e que assumira, a partir de 1971 a estrutura e profissionais da CICPAA (Comissão Intermunicipal de Controle da Poluição das Águas e do AR), entidade criada e subsidiada pelas prefeituras da região do ABC e que, desde 1955, vinha desenvolvendo com apoio da Organização Mundial da Saúde (OMS), atividades de fiscalização, controle e avaliação de parâmetros ambientais na região do ABC⁵.

³ Ambas as citações extraídas do artigo “Poluição e Desenvolvimento” no semanário *Opinião*, edição de 19 de novembro de 1975.

⁴ Decreto Federal 73.030 de 30 de outubro de 1973.

⁵ Em meados de 1955, por iniciativa da Prefeitura Municipal de Santo André, surge a Comissão Industrial de Controle da Poluição das Águas da Bacia do Tamanduateí (CICPAT). Em maio de 1956 a Prefeitura Municipal de Santo André cria a Comissão Municipal de Controle da Poluição das Águas da Bacia do Tamanduateí (CMPT) que substitui a CICPAT. Em novembro de 1957 a CMPT inaugura na Rua Justino Paixão (Santo André) o primeiro laboratório brasileiro de análise de águas poluídas. Em 16 de agosto de 1960 é criada a CICPAA (Comissão Inter-Municipal de Controle da Poluição das Águas e do Ar. No período de 1960 a 1965 a CICPAA dedica-se à coleta, análise de águas e efluentes industriais, levantamentos para a formação de um cadastro sobre as indústrias da Região, capacitação técnica, atendimento de reclamações encaminhadas pelas prefeituras e reuniões, cursos e palestras direcionadas a dirigentes e representantes técnicos das indústrias. Em 2 de abril de 1965 é inaugurado em São Caetano do Sul, amplo e moderno laboratório destinado a dar início ao monitoramento da qualidade do ar nos municípios da região. A aparelhagem foi fornecida pela Organização Mundial da Saúde (OMS) que incluiu no pacote assistência técnica com consultores estrangeiros e bolsas de estudos no exterior para formação dos profissionais contratados. Em 1967 a CICPAA firmaria parceria com o município de São Paulo para iniciar a amostragem da qualidade do ar na capital paulista. Em 17 de abril de 1970 o Governo do Estado

A CICIPAA foi, inclusive, pioneira no que diz respeito à educação ambiental ao editar o *Boletim CICIPAA*, órgão impresso de divulgação através do qual gerou seguidos alertas em relação à acelerada degradação ambiental e danos ocasionados à saúde da população.⁶ A incorporação da CICIPAA pela estrutura estadual resultaria em acelerado declínio nas ações preventivas e corretivas na região, pois o contingente operacional existente para atender a sete municípios passou a responder por todo território paulista.

Seria a partir de 1975 que a questão ambiental surgiria, com amplo destaque, como mais um elemento deletério no combalido estágio nos parâmetros de saúde pública existentes no Brasil. Mesmo com as restrições ocasionadas pelos mecanismos de censura e repressão, que impediam a divulgação de informações que pudessem prejudicar a imagem de um país em franco, ordenado e saudável desenvolvimento - o denominado "milagre econômico brasileiro" - a questão ambiental surgiu no cenário político como um desafio imprevisto ao sistema autoritário que tudo previa e resolvia.

O descaso com as questões ambientais sofreria impactante reviravolta na madrugada do dia 02 de junho de 1975, em plena semana nacional do meio ambiente, tendo por protagonista central a população de alguns bairros de Santo André

Eles foram surpreendidos dormindo e nada mais puderam fazer além de fugir assustados. Correram pelas ruas, aos gritos, tentando fugir de algo que estava por toda parte. Os adultos tossiam, tinham dores de cabeça e respiravam com dificuldade, as crianças vomitavam, os cães ladravam nos quintais e os gatos corriam de um lado para outro, como que enlouquecidos. Muitas aves morreram

Foram essas as palavras escolhidas pelo jornal *O Estado de São Paulo*, no editorial da edição de 4 de junho de 1975, para descrever o insólito episódio e que remetia ao impacto ocasionado nos EUA em 1938 quando da radiofonização, por parte de Orson Welles da obra "A Invasão Marciana". Por sua vez a revista semanal *Veja*, edição de 11 de junho de 1975, recorreu a um texto do livro do Apocalipse para descrever no artigo "Como na profecia de João" a situação enfrentada pelos moradores:

de São Paulo cria a Superintendência de Saneamento Ambiental (SUSAM) que incorpora a equipe profissional e aparelhamento técnico da CICIPAA. Em 28 de setembro de 1971 ocorre a última reunião da direção da CICIPAA. Durante todo o período a CICIPAA foi presidida pelo Eng. Antonio Pezzolo, prefeito de Santo André no período de 31 de janeiro de 1973 a 31 de janeiro de 1977

⁶ No período de 1961 a 1967 a CICIPAA editou o *Boletim CICIPAA* primeira publicação brasileira voltada a divulgar a necessidade de ações direcionadas à proteção do meio ambiente. Foram 14 edições seriadas e 03 edições especiais que preservam rico acervo de informações sobre os trabalhos da Comissão, além de noticiário nacional e internacional sobre questões relacionadas à proteção do meio ambiente. No período a CICIPAA produziu ainda diversos folhetos, apostilas e textos destinados a palestras, seminários, congressos realizados no Brasil e no exterior e atividades em escolas da região. Em paralelo introduziu a sistemática de visitar as escolas da região para trabalhos de sensibilização e promoção de visitas orientadas de escolares a seu laboratório, estações de monitoramento e sua biblioteca especializada em temas ambientais.

O Sol se escurece. O céu desaparece como um pedaço de papiro que se enrola. O vento deixa de soprar sobre a terra, sobre o mar, sobre as árvores. Toda a erva verde é devastada. Uma terça parte das águas transforma-se em absinto e muitos homens morrem por beber dessas águas. O ar se obscurece pela ação de uma fumaça que sai de uma grande fornalha. E as pessoas fogem. Desgraçadamente familiares ao mundo moderno, estas cenas sombrias foram descritas pelo ano 100 da era cristã. Constam das revelações de Jesus Cristo ao evangelista São João, reunidas no mais terrível e misterioso dos livros da Bíblia, o Apocalipse.

O *Diário do Grande ABC*, principal jornal da região, através do editorial “Poluição começa a dar sustos” alertou seus leitores para o quadro problemático que tomara as manchetes dos principais veículos de comunicação em todo o país:

Durante vários anos a CICPAA trabalhou com recursos municipais, tentando implantar uma política séria de combate ao mal do progresso [...]. Enquanto persistir a mentalidade de que o problema da poluição é assunto de competência dos órgãos específicos unicamente, os quais devem ser ludibriados o quanto possível, o mal se alastrará. Até quando não for mais suportável. Aí então se tentará conter o incontrolável.

O episódio abria uma fenda na muralha censória imposta à imprensa pelo governo militar a partir da edição do Ato Institucional de número cinco (AI-5) em dezembro de 1968. Pela primeira vez, através de informações claras e irretocáveis, o sistema autoritário era abalado por um assunto que, até então, era tratado como secundário e elitista. Pela primeira vez afloraria um processo de articulação da sociedade civil, principalmente os estratos sociais medianos, na luta contra o autoritarismo paternalista do regime, tendo em vista o despreparo demonstrado pelo governo em dar respostas concretas e confiáveis para o trágico episódio.

Não bastasse a insensibilidade por parte das autoridades, implantou-se um verdadeiro caos informativo que atingiria os principais veículos de comunicação, pegos de surpresa e despreparados para informar e discutir sobre o tema. A edição de 04/06/1975 de *O Estado de São Paulo* é rica na maneira como documenta a irresponsabilidade governamental no trato dos assuntos relacionados à Saúde Pública. A última página do jornal foi totalmente dedicada ao episódio de Santo André, acrescida de fotos da cidade de São Paulo, mergulhada em densa camada de poluição. A matéria esclarece que o dia anterior tinha sido ideal para promessas e planos mirabolantes para combater o mal. Para o Secretário Estadual de Obras e do Meio Ambiente não haveria motivo para tanto alarde, pois segundo ele, "o fato não causou grandes preocupações, pois não houve mortes a lamentar".

Utilizando-se de confusa narrativa, embasada em conceitos de uma tecnologia inexistente, relacionou o secretário um cardápio de promessas, beirando os contornos de uma narrativa ficcional em um imprevisível futuro

Serão instalados laboratórios eletrônicos, ligados a um computador, em vários pontos da Grande São Paulo. Essas estações medirão 24 horas por dia a poluição em sua área. Quando o índice ultrapassar o limite permitido, um caminhão-laboratório, montado com equipamento eletrônico de alta sensibilidade, passará a circular pelas ruas onde foi registrado o aumento da poluição. E, sem que a população ou os industriais percebam, ele localizará a fonte poluidora.

A confusão e contradições nas declarações e informações, ocupariam toda semana dando origem a manchetes como na edição de 06/06/1975 da *Folha de São Paulo*: "Poluição, problema grave (governador Paulo Egídio), para o diretor da CETESB, não é tão grave assim". Caberia ao *Jornal da Tarde*, edição de 05/06/1975 colocar lenha no ardor da confusão, introduzindo na questão ambiental o componente ideológico. Condizente com sua linha editorial o jornal culpava as facções de esquerda como responsáveis pela polêmica. Com o título "Um problema de segurança nacional", afirmou o vespertino paulista:

[...] o problema não é apenas de saúde pública. É mais vasto e mais complexo, porque afeta a ordem pública. Desmentida a tese marxista da tomada do poder pela classe trabalhadora, levada ao extremo da pauperização, justamente porque nos países mais desenvolvidos o neocapitalismo liberal ocasionou uma tal distribuição de riquezas que o proletariado perdeu todo seu valor conceptual, a esquerda revolucionária está agitando hoje o assunto da poluição do ambiente como bandeira de luta contra a ordem política e social adotada nos países que não pertencem ao bloco socialista. A ameaça não é vã. Revestido da pele de novo humanismo graças principalmente à ensaística de Antonio Gramsci, Georgy Luckass e Louis Althousser, o marxismo militante, incapaz de prover que a concentração do capital industrial e financeiro leve o regime da livre iniciativa à sua própria destruição, passou a atacar a sociedade de consumo como fator genocida, como superestrutura contrária aos fins últimos do homem. Na busca do lucro pelo lucro e não do produto pelo homem, o consumismo estaria destruindo o habitat humano e despojando as futuras gerações do patrimônio da Terra. O problema, em última instância, é pois, de segurança nacional.

Ainda na mesma data o jornal *O Estado de S.Paulo* apresentava aos leitores uma tabela fornecida pela CETESB com diversos indicadores de índices de poluição do ar, onde a qualidade do ar, respirado no dia anterior pelos paulistanos, oscilava entre níveis confusos como "insatisfatório" e "mais do que insatisfatório". A reação da opinião pública foi imediata e contundente. O Instituto Gallup de Opinião Pública registraria uma súbita variação no denominado "índice de preocupação da população"⁷, que tinha por finalidade mensurar a opinião dos habitantes da Grande São Paulo frente a seus problemas mais emergentes. O tópico "poluição do ar", que no mês de fevereiro de 1975 fora citado por apenas 13% dos entrevistados, passaria em junho para 46%, permanecendo com o mesmo

⁷ Informações detalhadas sobre o denominado "Índice de Preocupação da População" aparecem com destaque nas edições de 23/07/1977 e 24/05 de 1978 do jornal *O Estado de S.Paulo*.

valor até o mês de outubro, quando o período crítico dos meses de inverno já havia sido superado.

No mesmo período a preocupação com o custo de vida na cidade de São Paulo, apresentou uma variação oscilando entre 12% e 22%, demonstrando a importância e relevância assumida pela temática ambiental frente às inúmeras carências de uma população fortemente impactada por problemas típicos de um processo de urbanização descontrolado.

O episódio de Santo André atingiu impacto de tal forma acentuado pelas características não só de calamidade pública, mas igualmente pela maneira como foi tratado pelos veículos de comunicação e pelo fato de ter ocorrido em local onde as características socioeconômicas dos moradores eram tipicamente de classe média. O semanário *Movimento*, ao descrever as características do Bairro Campestre, local mais atingido pela concentração de poluentes, salientou o perfil elitizado da população localizada a pouca distância das fontes poluidoras:

Em Campestre vive o que se poderia chamar de “a aristocracia operária da indústria automobilística”. Uma classe média arranjada na vida, morando em casa própria com jardim e quintal. Há muito tempo e com intensidade crescente a população de Campestre e todos os bairros residenciais do ABC vem sofrendo de forma palpável, mensurável mesmo, os efeitos do envenenamento do ar. Em todas as casas há estoque de remédios.

O episódio seria apenas prenúncio de outros semelhantes que iriam ocorrer durante o inverno de 1976, atingindo com igual intensidade a capital paulista e que, novamente, levaria o assunto às manchetes da mídia resultando num verdadeiro estado de histeria coletiva que se espalharia para todos os quadrantes do país.

Ressalte-se o fato da década de 1970 apresentar-se no Brasil como período de grandes contrastes, quando analisados os principais problemas das cidades brasileiras. A questão ambiental surgiria permeando uma sociedade amordaçada pelos instrumentos de controle e repressão, implantados nos diversos níveis da estrutura social. Somente a partir de dezembro de 1978, com a revogação do AI-5, os movimentos sociais organizados retomaram ímpeto passando a dirigir o foco de atuação para os problemas mais imediatos da cidadania, entre eles a luta por uma qualidade de vida digna e sustentável.

Em “Lutas Urbanas e Poder Político” Manuel Castells sugere a possibilidade da preservação do meio ambiente vir a constituir uma nova ideologia mistificadora do *establishment*, ou mesmo uma nova reivindicação popular carregada de potencial revolucionário, ou ainda, a possibilidade de tratar-se um fenômeno social inédito que venha a incorporar os dois aspectos mencionados. (CASTELLS, 1976, p.72)

Para melhor compreensão das flutuações da opinião pública, em relação às questões ambientais, cabe analisar as nuances na forma de participação da população, do poder público e do empresariado, segundo o conteúdo estrutural dos objetivos específicos de interesses representados por cada um destes segmentos. O sistema autoritário, estrutural e ideologicamente fechado, pretendeu assumir, após o episódio de Santo André, a responsabilidade pelo controle da poluição ambiental fazendo uso de um duplo artifício: primeiro impedindo a população de organizar-se, pois tal concessão poderia conduzir a um desencadeamento de outras reivindicações sociais. Assim, ao afastar a população da possibilidade de uma ação mais direta e efetiva, cuidaram as autoridades de diluir as reivindicações populares nos enfadonhos canais da burocracia estatal, cujas ações e soluções impessoais conduziam à perpetuação de decisões que contrariassem a lógica do sistema econômico. Num segundo estágio, tratou o sistema autoritário de cooptar o empresariado ao retirar deste a responsabilidade pelo confronto direto com a população, repassando ao Estado o encargo de buscar soluções e arcar financeiramente com as atividades de fiscalização e controle.

Ao assumir a responsabilidade por tais iniciativas passou o poder público a emitir as denominadas “licenças para a instalação e funcionamento de estabelecimentos industriais” que, em síntese, constituíam uma espécie de autorização legal para poluir, já que inexistia uma estratégia de planejamento de ocupação do espaço físico e estrutura profissional suficiente e adequada para a fiscalização e controle das emissões de poluentes. Resultado da estratégia autoritária foi a concretização de ações espetacularizadas como no caso da denominada “Operação Branca”, exemplo típico do modelo autoritário que tudo resolve através da truculência física ou mental. Os resultados seriam pífios, em especial, devido à baixa adesão e confiabilidade da população a um modelo que demonstrava no cotidiano estar chegando aos estertores.

Ao empresariado, respaldado pelo documento oficial que permitia poluir, amparado por uma legislação tolerante e de aplicabilidade discutível⁸ restou a posição cômoda de enquadrar-se às exigências legais, arcar com parcela dos custos de equipamentos de controle que, na maioria das vezes, eram de eficiência duvidosa já que a fiscalização era ineficiente. Dessa forma a ação prática no controle da poluição industrial ficou restrita às reclamações isoladas, originárias de moradores que buscavam no órgão

⁸ Ver legislação ambiental do Estado de São Paulo, em especial a Lei Estadual 997 de 31/05/1976, regulamentada pelo Decreto 8.468 de 08/09/1978.

de controle, e mesmos na imprensa, a busca inútil pela solução de mais um problema a infernizar um estilo de vida que apresentava sinais concretos de deterioração avançada.

Exemplo característico é o que ocorreu no Bairro da Fundação (São Caetano do Sul), área historicamente sujeita aos efeitos danosos ocasionados pela poluição de inúmeras indústrias, de elevado potencial de emissão de poluentes agressivos, que no local estavam instaladas desde o início do século XX. Examinando a documentação existente no arquivo da extinta CICPAA estão armazenadas reclamações formuladas a partir de 1962. Com data de 02.08.1972 foi localizado ofício, assinado por um deputado estadual, cobrando soluções e, com data de 25 de outubro de 1972, um ofício do Colégio Estadual localizado no bairro mencionando dificuldades na normalidade das aulas devido às emissões constantes e prejudiciais ao bem-estar dos alunos.

Uma leitura cuidadosa das notícias veiculadas na imprensa, durante a vigência do AI-5 (1968 a 1978), conduz a conclusões significativas quanto ao relacionamento entre o indivíduo receptor de poluentes, o papel exercido pelas autoridades responsáveis pelo controle e a função da imprensa. Importante assinalar o papel legitimador exercido pelos veículos de comunicação no que diz respeito à dominação de uma classe social sobre as demais. Em “Aparelhos ideológicos do Estado” Louis Althusser inclui os meios de comunicação como “manipuladores dos pensamentos e aspirações da população em geral”. Segundo o autor na sociedade capitalista as ideias vigentes são as ideias das classes dominantes, as quais, possuindo o poder material dominante, manuseiam o poder espiritual correspondente. Numa sociedade deste tipo, “os veículos de comunicação transformam-se em instrumental de mistificação e de legitimação da dominação capitalista”. (ALTHUSSER,1980, p.22)

Por sua vez José Marques de Melo assinala a importância de introduzir o fator histórico na gênese do processo de comunicação latino-americano:

[...] os media têm-se revelado muito mais instrumentos de controle do que de participação social. Isso constitui, de certa maneira, uma decorrência da natureza autoritária que marcou o desenvolvimento político das sociedades latino-americanas, desde os tempos antigos da dominação colonial. (MARQUES de MELO, 1976, p.32):

O acompanhamento do noticiário, relativo aos episódios de poluição ambiental ocorridos na década de 1970, serve na atualidade como forma de aprendizado sobre os inúmeros aspectos latentes ao estilo de manuseio e controle das informações, ao reforçar o *status quo* em detrimento das reais aspirações da sociedade. Informar significa fundamentalmente mudar, e tal mudança só vingará como emergência de uma nova realidade quando, efetivamente, ocorrer o livre acesso e participação cidadã aos

mecanismos decisórios. Nesse contexto cabe aos veículos de comunicação e informação um papel fundamental no processo de estabelecimento de uma sociedade ambientalmente justa e sustentável.

Referencias Bibliográficas:

ALTHUSSER, Louis, *Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado*. Lisboa (Portugal), Editorial Presença / Martins Fontes 1980.

CASTELLS, M. *Lutas Urbanas e Poder Político*. Porto (Portugal): Editora, Afrontamento, 1976.

MARQUES DE MELO, José. Comunicação e Modernização das Sociedades Tradicionais. In: **Subdesenvolvimento, Urbanização e Comunicação**. Petrópolis, Editora Vozes, 1976.